

Política.

Prefeito reduz salários e demite servidores

O prefeito de Marechal Floriano, Lidiney Gobbi, reduziu o próprio salário e demitiu mais de 100 servidores comissionados para diminuir gastos com pessoal. *Pág. 38*

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



JULGAMENTO HISTÓRICO



SUPREMO DECIDE: MENSALEIROS NA CADEIA

Dirceu, Delúbio e Genoio vão passar as noites na prisão

BRASÍLIA

▄ Oito anos após a denúncia da existência do esquema do mensalão no governo do ex-presidente Lula, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ontem a prisão imediata dos condenados por envolvimento no esquema do mensalão. O ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoio, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério serão presos nos próximos dias.

Dirceu, Delúbio e Genoio começarão a cumprir a pena pelo crime de corrupção ativa em regime semiaberto em colônias agrícolas ou ao menos dormindo na cadeia. Assim, eles poderão deixar o presídio durante o dia para trabalhar.

Os três foram condenados também por formação de quadrilha, mas o cumprimento dessa pena ainda depende da análise de embargos infringentes. Esse julgamento está previsto para ocorrer em 2014. Mantida a condenação por formação de quadrilha, os três poderão passar a cumprir a pena em regime fechado.

Pela decisão, também começarão a cumprir pena em regime semiaberto o deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP) e o ex-deputado Roberto Jefferson. O STF deverá analisar em breve um pedido da defesa de Jefferson para que ele fique em prisão domiciliar sob a alegação de que ele está com problema de saúde.

Valério, a ex-presidente do Banco Rural Katia Rabelo e outros cinco conde-

RÉUS CONDENADOS

MICHEL FILHO/AG



ADRIANO VIZONI/FOLHAPRESS



AGÊNCIA ESTADO



Ex-integrantes do comando petista, Genoio, Delúbio e Dirceu vão para a cadeia nos próximos dias

O esquema

▼ Origem

O mensalão, como concluiu o Supremo, foi um esquema ilegal de financiamento político com a finalidade de corromper parlamentares e contar com o apoio do Congresso ao governo no início do mandato do ex-presidente Lula

O julgamento

▼ Início

O julgamento foi iniciado em agosto de 2012, sete anos após a denúncia, sendo concluído com a condenação de 25 réus

A retomada

▼ Penas

Ontem, a Corte reconheceu a imediata execução das penas para os crimes que não são questionados por meio dos embargos infringentes

Quem pode e quem



Valério vai se entregar

O advogado de Marcos Valério, Marcelo Leonardo, afirmou que, se o Supremo decidir pela prisão de seu cliente, ele vai se entregar. "Ele se apresenta imediatamente. Não tem nenhum obstáculo".



não pode ser preso

▼ Agora

16 réus poderão ter de iniciar o cumprimento das penas, sete porque não apresentaram infringentes: Roberto Jefferson; Jacinto

Lamas; Romeu Queiroz e Henrique Pizzolato

▼ Regime fechado

Henrique Pizzolato; Marcos Valério; o sócio dele Cristiano Paz; e a ex-dirigente do Banco Rural Kátia Rabelo

▼ Semiaberto

No semiaberto, devem cumprir pena (sem considerar as condenações questionadas): Dirceu, Delúbio, Simone Vasconcelos, José Genoio, Roberto Jefferson, Romeu Queiroz e Jacinto Lamas

▼ Não serão presos

Oito réus que estão com todas as condenações pendentes de análise nos embargos infringentes: João Cláudio Genu, Bispo Rodrigues, Breno Fischer, Vinicius Samarane, José Roberto Salgado, Pedro Henry, Ramon Hollerbach e Valdemar Costa Neto. O deputado João Paulo Cunha obteve direito a novo recurso, antes que o STF decida sobre sua prisão

▼ Prestação de serviço

José Borba; Emerson Palmieri; e Enivaldo Quadrado

nados começarão a cumprir desde já as penas em regime fechado. Mesmo com recursos pendentes contra a condenação por certos crimes, as penas definitivas impostas a esses condenados por outros crimes superam oito anos. Mesmo que em novo julgamento parte das condenações seja revertida, a pena ainda será superior a oito anos. Nesses casos, a legislação estabelece que o réu deve cumprir a pena inicialmente em regime fechado.

A decisão de ontem reverte a expectativa de que as prisões dos principais réus do caso ficariam para 2014, em meio às campanhas eleitorais. A perda dos mandatos dos deputados só deve ser analisada no ano que vem.

BATE-BOCA

O ministro Joaquim Barbosa, relator e presidente do STF, deve trazer hoje o resultado da sessão, com esclarecimentos sobre o julgamento. Ou seja, por ora, ainda não foram expedidos quaisquer mandados de prisão.

Barbosa votou pela execução integral das penas, mesmo para aqueles que não tinham direito a um novo julgamento por determinadas penas. Contudo, prevaleceu o voto do ministro Teori Zavascki que foi a favor de não permitir a execução imediata das punições apenas dos réus que entraram com embargos infringentes.

O relator protestou duramente contra a decisão da maioria da Corte. "Não consigo ver de outra maneira, isso é chicana, chicana consentida, implícita".

JULGAMENTO HISTÓRICO



FELLIPE SAMPAIO/STF

DIRCEU DEVE FICAR POUCO TEMPO NA CADEIA

Período no semiaberto será abatido do regime fechado

BRASÍLIA

▄ A decisão do Supremo Tribunal Federal de ordenar a prisão imediata dos condenados do mensalão pode reduzir o tempo que parte dos réus terá de ficar preso em regime fechado. A possibilidade foi admitida pelo presidente da Corte, Joaquim Barbosa.

O caso do ex-ministro José Dirceu é ilustrativo.

Condenado pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha, Dirceu começará a cumprir imediatamente a punição pelo primeiro crime, cuja pena definida pelo STF é de 7 anos e 11 meses.

A legislação estabelece que a pena nesse patamar deve começar a ser cumprida em regime semiaberto. O tempo em que permane-

cer preso no regime semiaberto será abatido do tempo que terá de cumprir em regime fechado, caso o tribunal, no ano que vem, decida manter a condenação pelo crime de quadrilha.

Dirceu recebeu uma pena total de 10 anos e 10 meses de prisão. Se fosse preso em regime fechado, em aproximadamente 1 ano e 10 meses poderia progredir



Joaquim Barbosa admitiu que a decisão pode beneficiar os condenados

para o semiaberto.

Com a antecipação do cumprimento da pena feita pelo Supremo, se ele passar 10 meses no regime semiaberto aguardando um novo julgamento e a condenação por formação de quadrilha for confirmada, o ex-ministro da Casa Civil só passará um ano no regime fechado.

Mas se o tribunal reverter a condenação e absolvê-lo pelo crime de quadrilha, em aproximadamente três meses ele já irá para

o regime aberto.

EM CASA

Para o ministro Marco Aurélio Mello, os réus podem ser beneficiados ainda pela falta de vagas nos regimes semiaberto e aberto. A jurisprudência do tribunal registra casos em que autoriza a “migração” para um regime mais favorável quando não há no domicílio do preso o estabelecimento prisional onde deve cumprir a pena.

“Se não há vagas em co-

lônias para o regime semiaberto, se passa para o aberto; mas se não há vagas nos albergues se vai para a prisão domiciliar”.

Mas como essa decisão caberá ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, que ontem afirmou que caberá a ele decidir sobre indultos, progressão de regime, entre outros benefícios concedidos aos réus, nos bastidores os advogados do réu admitem que esse benefício, por ausência de vagas, dificilmente será concedido. (AE)

DEPUTADO PRESO

Caso de Donadon volta a ser analisado

O deputado-presidiário Natan Donadon (sem partido-RO) deve, ainda este ano, voltar a ter seu mandato submetido ao plenário da Casa. Ontem, o Conselho de Ética da Câmara ouviu duas testemunhas de defesa dele.



Donadon ainda pode perder o mandato

AGÊNCIA CÂMARA

NO SENADO

Namorada de Dirceu terá ponto cortado

Desde a última segunda-feira, o setor de marketing de relacionamento do Senado está desfalcado. Nomeada em agosto para um cargo comissionado na Casa, com salário de R\$ 12.800, a ex-recepcionista Simone Patrícia Tristão,

namorada do ex-ministro José Dirceu, desapareceu sem dar explicações e terá o ponto cortado.

Nos últimos dois dias a direção do Interlegis, órgão ao qual está vinculada, tenta contato com a servidora, sem sucesso. Dirceu estaria descansando no sul da Bahia, mas a assessoria dele não confirma se a namorada o acompanha.

JOÃO PAULO CUNHA

Deputado não vai fugir, diz defesa

O advogado Alberto Toron, que representa o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), disse ontem que, se o STF decretar a prisão imediata do seu cliente, o deputado não tentará fugir. “Se for decretada a pri-

ção, ele vai se apresentar. Pode botar isso aí, é o advogado dele que está falando”, disse Toron. Cunha, de acordo com Joaquim Barbosa, não será preso neste momento, pois seus segundos embargos de declaração foram aceitos, logo, não pode haver o trânsito em julgado.

Lula: “Quero falar algumas coisas”

▄ O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que pretende “falar algumas coisas” sobre o que é considerado o maior escândalo de corrupção de seu governo, mas que só o fará após o final do julgamento.

“Tenho dito para todo mundo: eu, quando terminar toda a votação sobre o mensalão, aí eu quero falar algumas coi-

sas que eu penso a respeito disso”, disse Lula, que conversou com a imprensa após um encontro com militantes do PT em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Questionado sobre a possibilidade de prisão dos condenados, Lula disse “não ter autoridade para fazer qualquer julgamento sobre qualquer decisão de uma Corte suprema”.

“Ou seja, na hora que ela tomar a decisão, está tomada a decisão. Eu obedecia como presidente, acatava, acato como cidadão brasileiro”, completou.

Sobre o desejo de expressar suas avaliações sobre o caso, Lula disse que não o fará antes do final do julgamento “pelo fato de ter sido ex-presidente e ter indicado vários ministros que estão lá (no STF)”.

RICARDO STUCKERT/INSTITUTO LULA



Lula deve se manifestar após o fim do julgamento

Planalto ficou surpreso com decisão do Supremo

▄ A retomada da discussão sobre execução das penas dos mensaleiros pelo Supremo Tribunal Federal causou completa surpresa no Palácio do Planalto.

Ninguém esperava que a reabertura do julgamento tratando da decisão sobre a prisão dos envolvidos pudesse ocorrer agora. E muito menos que ela pudesse ser colocada em prática de

imediatamente. Houve quem interpretasse a iniciativa como um golpe para os réus.

A presidente Dilma Rousseff, no entanto, manteve a mesma postura de quando o tema estava em discussão no Supremo: não trata deste assunto e nem autoriza nenhum de seus assessores e ministros a falarem sobre ele. Ela quer se manter à distância. (AE)

JULGAMENTO HISTÓRICO



RENÚNCIA É COGITADA

Deputados analisam saída da Câmara para evitar exposição

BRASÍLIA

Condenados pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no julgamento do mensalão e com iminente pedido de prisão, os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) avaliam renunciar ao mandato segundo aliados.

Interlocutores dos dois parlamentares ouvidos pelo jornal "Folha de S. Paulo" sob a condição de anonimato disseram que eles analisam se a saída da Câmara evitaria maior constrangimento e diminuiria a exposição daqui para frente.

A permanência na Câmara tem potencial para provocar outra crise entre Judiciário e Legislativo. Na Câmara, há parlamentares que defendem que a perda do mandato só pode ocorrer depois de um processo de cassação ser analisado pelo

plenário, descumprindo decisão do Supremo pela perda automática.

Em público, no entanto, líderes do PR e do PP dizem que eles não discutem a hipótese de renúncia. "Estive com ele (Valdemar) ontem não senti nenhuma inclinação (para renúncia)", afirmou o líder do PR, Anthony Garotinho (RJ). "Não vejo vantagem em renunciar", completou. A assessoria do deputado também negou que ele esteja disposto a entregar o mandato.

Valdemar não registrou presença ontem na Câmara. Seu gabinete passou o tempo todo trancado, mas assessores foram vistos entrando e deixando o local.

Na liderança do PR, onde Valdemar costuma despachar, servidores disseram que ele não apareceu. No gabinete de Henry, funcio-



JOSÉ CRUZ/ABR

Costa Neto foi condenado a 7 anos e 10 meses de prisão

nários disseram que ele estava fora de Brasília.

Costa Neto foi condenado a 7 anos e 10 meses de prisão, e Henry a 7 anos e 2 meses pelos crimes do mensalão, esquema de corrupção no governo Lula. Os dois vão cumprir regime semilivreto, podendo deixar a prisão para trabalhar.

"RACIONAL"

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse ontem

que a Casa vai agir de forma "racional e com base na Constituição" em relação aos deputados mensaleiros.

No caso das prisões, a Câmara deverá convocar os suplentes em seguida, adotando a mesma medida do caso do deputado presidiário Natan Donadon (sem partido-RO). Alves já avisou que vai cumprir a Constituição, que prevê que a perda de mandato dos deputados seja analisada pela Casa.

"O sistema é seletivo", diz Barroso

O ministro do STF, Luís Roberto Barroso disse ontem, ao proferir seu voto sobre os segundos recursos de declaração do mensalão, que a Justiça toma decisões de forma seletiva. "Temos mi-

lhares de condenados por pequenas quantidades de maconha, e pouquíssimos condenados por golpes imensos na praça. Para ir preso no Brasil, é preciso ser muito pobre e muito mal defendido".

Oposição exige cassação de mandatos

Líderes dos partidos de oposição criticaram a direção da Câmara por não decretar imediatamente a perda do mandato dos parlamentares condenados pelo Supremo no processo do mensalão.

"O presidente da Câmara tem que declarar extinto o mandato quando chegar a comunicação do STF. Se não

fizer isso, deve ser enquadrado por crime de desobediência", disse o líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR). Para ele, o STF cumpriu seu papel. "Não sei por que essa teimosia em não decretar a perda do mandato. O STF já decidiu que vale a sua decisão", disse ainda Bueno.

A direção da Câmara não

decidirá pela perda do mandato. Vai primeiro abrir processo contra os parlamentares e o plenário dirá se devem ou não ser cassados. Na avaliação do senador Jorge Viana (PT-AC), a decisão do Supremo é "final" e não deve ser motivo de discussões ou questionamentos. "É incompatível condenação com exercício de mandato.

Com condenação transitada em julgado, não tem o que discutir", assinalou.

"Chega o vexame que ocorreu com o deputado Natan Donadon (Sem partido-RO), que mesmo condenado a 13 anos pelo Supremo foi absolvido pelo plenário da Câmara", disse o líder em exercício do DEM, deputado Mendonça Filho (PE).

VALTER CAMPANATO/AGBRASIL



Rubens Bueno disse que STF cumpriu seu papel

JULGAMENTO HISTÓRICO



NELSON JR./STF



Grupos da sociedade civil concordam que o Supremo fez história com a votação, mas ainda há muito o que se avançar no país

ANÁLISE

Oposição usará isso contra o PT

Se os envolvidos no caso do mensalão forem para a cadeia, os partidos de oposição vão usar isso contra o PT e isso pode afetar as campanhas eleitorais do ano que vem. Por outro lado, o PSDB também tem um fator em São Paulo, onde enfrenta denúncias sobre o cartel do metrô, e ainda tem o mensalão mineiro. Além da questão eleitoral, há dois deputados com mandato que podem ser mandados para a cadeia: Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Isso mostra que não é só o PT que está envolvido. E a Câmara terá que decidir se cassa os mandatos desses deputados. Ou vai se repetir o que ocorreu com Natan Donadon que, mesmo preso, ainda é deputado?

DAVID FLEISCHER
CIENTISTA POLÍTICO DA UNB

DECISÃO É MARCO CONTRA IMPUNIDADE

STF contribuiu para o enfrentamento da corrupção

BRASÍLIA

O cumprimento imediato das penas por réus do mensalão, definido ontem pelo Supremo Tribunal Federal, é visto como marco para o combate à impunidade no país.

Em unanimidade, integrantes de entidades da sociedade civil, cientistas políticos e representantes de partidos de oposição ao PT e ao governo federal disseram que a decisão também colabora para o enfrentamento contra a corrupção.

Do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Luciano Santos considerou que a prisão dos réus é uma resposta à

impunidade na classe política, atingida fortemente com o envolvimento de figuras expoentes como o ex-ministro José Dirceu: “O Judiciário está dando uma resposta que a sociedade espera”.

Na mesma linha, o jurista Fábio Konder Comparato, professor emérito da USP, acha que a prisão até pode fazer o Brasil “avançar um pouco na questão do combate à corrupção”. Mas, segundo ele, a corrupção no Brasil é “endêmica e apartidária”:

“Você vê este caso agora, com os fiscais da prefeitura de SP. Passou de gestão para gestão, de partido para partido. Por que ain-

COMEMORAÇÃO

“O Judiciário está dando uma resposta que a sociedade espera”

LUCIANO SANTOS
MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

da não se foi, por exemplo, atrás das empresas corruptoras, que pagaram propina, no caso dos fiscais? Todos precisam ser investigados, não apenas o PT”.

Para o professor de Filosofia Política da Unicamp Roberto Romano, a prisão dos condenados é respos-

ta importante da Suprema Corte contra a corrupção, mas ele considera que ainda há muito o que avançar no combate a irregularidades no poder público.

“(A prisão) É uma resposta importante do Judiciário, mas não a superestimo. A situação do Estado brasileiro está muito aquém de atender as necessidades da população. Temos um poder do Estado como uma máquina que está operando, em grande parte, no vazio. Há a condenação desse grupo, mas há milhares de casos de corrupção que ocorrem no Brasil sem que haja um afastamento dos envolvidos”. (AG)

“Começa a se fazer justiça”, diz Foletto

Os deputados capixabas Paulo Foletto (PSB) e Rose de Freitas (PMDB) ressaltaram o divisor de águas das primeiras prisões dos mensaleiros. “Graças a Deus, começa a se fazer justiça neste país. É ponto”, disse Foletto, coordenador da bancada. “É a primeira vez que um caso de magnitude se resolve definitivamente no Supremo Tribunal Federal”, destaca Rose.

A parlamentar concorda com a detenção imediata dos réus cujas chan-

ces de recurso já se esgotaram. “Mas nos outros casos a execução da pena só pode ocorrer após todos os recursos cabíveis serem julgados”, destaca.

Mais comedido, o governador Renato Casagrande (PSB) evitou comentar a decisão. Ele amenizou os impactos no cenário eleitoral: “Esse assunto já foi muito diluído no tempo, porque o debate já é antigo.” Petista, a senadora Ana Rita foi procurada, mas não se manifestou. (Rondinelli Tomazelli)

REPERCUSSÕES

“O jogo um dia chega ao fim. Penso que, com relação a esse processo, este dia chegou”

LUÍS ROBERTO BARROSO, MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



“Esse processo não anda para a frente, ele anda em círculos. E agora vem se julgar mais embargos. Que ousadia. A que ponto estamos chegando? Nós beiramos o ridículo”

GILMAR MENDES
MINISTRO

“Voto para que sejam lançados os nomes dos réus no rol dos culpados e que sejam expedidos mandados de prisão para fins de cumprimento das penas”

JOAQUIM BARBOSA
PRESIDENTE DO STF

“O STF fechou os olhos para as provas do processo do mensalão. Respeito a decisão do STF, mas mais uma vez discordo do seu fundamento”

JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO DE JOSÉ DIRCEU